



6 a 8 de outubro de 2010 - Canela RS

ENTAC 2010

XIII Encontro Nacional de Tecnologia
do Ambiente Construído

VEGETAÇÃO URBANA: MAIS-VALIA NA RECONSTRUÇÃO DO ECOLÓGICO E DA POÉTICA NOS URBOECOSSISTEMAS, AS CIDADES, NOSSOS AMBIENTES CONSTRUÍDOS

Ester Rieger (1); Lúcia Mascaró (2); Beatriz Fedrizzi (3)

(1) NORIE, UFRGS, Brasil. E-mail: ishtar.r@hotmail.com

(2) PROPARG, UFRGS, Brasil. E-mail: lucia.elvira@terra.com.br

(3) NORIE, UFRGS, Brasil. E-mail: beatrizfedrizzi@terra.com.br

RESUMO

Esse artigo tem origem na pesquisa desenvolvida para a dissertação de Mestrado pela UNIDERP-Campo Grande, MS, cujo objeto central foi a vegetação urbana e a percepção dos cidadãos sobre a mesma, em Naviraí-MS, no sul estado, e resultou em proposta de que a construção de uma consciência ecológica se dá através da educação. Percebeu-se que o urbano e sua vegetação não são contextualizados no imaginário da população como eventos ecológicos. As entrevistas envolveram 110 e 218 pessoas: o primeiro trabalho de campo foi de agosto/2004 a fevereiro/2005, e foi retomado num segundo momento em novembro/2009. Na sucessão de sistemas e subsistemas no planeta, encontram-se os ecossistemas urbanos. Ao instalar o urbano, o homem modifica radicalmente o sítio e urbanização desorganizada é a expressão mais contundente do processo civilizatório. Surge a crise urbana. Entre os elementos que compõe a crise urbana estão alguns diretamente relacionados à inexistência de vegetação na cidade, podendo-se pensar em temas que vão desde as águas urbanas até a saúde de crianças e velhos atingidos por partículas de poluentes alergênicos e, principalmente, nas alterações climáticas que são peculiares aos centros urbanos. Concluiu-se que, num contexto de concepções mais amplas, o urbano deve se insurgir e surgir como lugar ecológico, contracenando com florestas, biodiversidade, sítios geográficos naturais, águas, subsolo e atmosfera. Reflorestar as cidades é buscar o hábitat primitivo, e subtrair dele inúmeras hostilidades urbanas, incluindo a poluição. A vegetação integra homem, construção e natureza. A vegetação urbana devolve ao homem um pouco do natural, o que agrega valor. Na mesma proporção em que as construções impressionam, excitam ou angustiam, o verde da vegetação acalma e reduz a significância do concreto, trazendo-o à forma que a alma humana é capaz de absorver sem se sentir oprimida.

PALAVRAS-CHAVE: ecossistema urbano, vegetação, crise e clima no ambiente construído, ecologia, percepção ambiental.

1 Introdução

1.1 Ciências e Lugares Ecológicos

Enquanto a ciência humana alcança distâncias antes inimagináveis dentro do Sistema Solar, trazendo para diante dos olhos das pessoas, através da tecnologia das sondas espaciais, imagens antes inatingíveis, talvez pelo reconhecimento da vastidão do universo, agora através de uma experiência e percepção pessoais, as comunidades mundiais acordam para a verdade de que o planeta Terra é “a sua casa”, coisa sempre tão bem definida pela palavra *Oikos*. O mundo é lugar. A rua, o bairro, a cidade, é lugar. Lugar começa naquele em que se está, no qual se move, vive/sobrevive, um conceito que vai se abrindo, ampliando, alcançando um círculo cada vez maior, até extrapolar para o próprio Sistema Solar e o Universo. Tudo é espaço a se considerar.

Nos cuidados ao Planeta (ou falta deles), quando se pensa em Ecologia, um primeiro momento é dedicado à idéia de Natureza, e as Ciências Exatas se tornam referenciais ambientais. O início de um novo pensar, no entanto, reporta para um segundo momento quando os ambientes construídos começam a ser considerados, a partir de uma consciência de que o Homem integra o *Oikos* com tudo que lhe é pertinente: nem mais e nem menos que os temas sobre os quais se debruçam a Biologia, a Geografia, a Botânica, a Geologia e todas essas ciências que lidam com as maravilhas naturais do planeta. Entender a humanidade como ente ecológico contribuiu que as Ciências Sociais e Humanas passassem a integrar o universo de ciências ambientais; isso traz para esse mundo a Administração, a Arquitetura e Urbanismo, a Medicina, a Antropologia, a Sociologia a Psicologia e todas as ciências que lidam com eventos humanos no planeta, sejam na esfera singular (o homem indivíduo), na comunitária (o homem social), na temporal (o homem que na história elabora cultura), ou na esfera de transformações (o homem construtor e produtor). Um ecologista, antes de entender a natureza, tem que entender o próprio homem já que as questões ambientais existem por que existe o homem, e não porque existe a natureza; ela, de *per si*, não carece da atenção humana, já que ela existe sem o homem, mas o homem não existe sem ela.

1.2 Urboecossistemas

A biosfera terrestre é composta por vários ecossistemas que formam o ambiente no qual os seres interagem. Os grandes biomas são compostos por subsistemas, estes por sua vez distinguem-se em sistemas menores e, dentro dos menores, os tipos se sucedem de acordo com suas características particulares. E nesses ainda menores encontramos os ecossistemas urbanos que, dado o objetivo dessa pesquisa, passou a ser o referencial ambiental da discussão.

As cidades brasileiras e seus problemas e a amplitude de sua administração geofísica passaram a ter contemplação formal na Constituição de 1988, momento em que as questões urbanas são consideradas passíveis de atenção especial por parte dos legisladores. A Constituição de 1988 é, conforme Ribeiro e Santos Jr. (1994), “um marco do período da redemocratização e da consolidação da agenda da reforma social no Brasil. A proposta de reforma urbana, juntamente com a sanitária, é um dos mais importantes projetos que consegue influenciar decisivamente a reconstrução institucional do país”. Ora, considere-se dentro desse contexto de reforma urbana¹ não somente os aspectos econômicos e sociais em si, mas também os que se referem à reforma ou construção da paisagem verde, ou do agregado verde, que pode devolver a saúde perdida pelas cidades. Ou ainda, considerando que, conforme Mendonça (2000), o que

¹ Ribeiro e Santos Jr (1994) diz que “o projeto de reforma urbana tem como objetivo central a instituição de um novo padrão de política pública fundado na seguintes orientações: a) instituição da gestão democrática da cidade; fortalecimento da regulação pública do uso solo urbano com a introdução de novos instrumentos de política fundiária que garantam o funcionamento do mercado de terras condizente com os princípios da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização; e, c) inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos que favoreça às necessidades coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação d extrema desigualdade social em razão da espoliação urbana”. Percebe-se que a reforma só contemplaria aspectos de posse e político-sociais.

concorre para os riscos ambientais no urbano está diretamente ligado às atividades humanas e que a degradação pode atingir condições de irreversibilidade, deixando claro que determinados ambientes podem não ter condições de resistir a essas atividades, a reforma urbana pode e deve contemplar a construção de soluções para os vários problemas ambientais cujos reflexos já existem em nossas paisagens urbanas – problemas que, com certeza, se transformarão em dificuldades maiores e sem possibilidades de retorno num futuro bem próximo, dado que o agente causador, o homem, não é afastado para que fique a cuidados da natureza a tarefa de (re)formar o ambiente, como ocorre em áreas desabitadas, onde a vegetação se recompõe com o tempo porque a ação antrópica foi descontinuada. Santos (1998) escreve que o homem se afasta das relações totalizantes com o seu território e se torna fator geológico, geomorfológico e climático, quando o problema maior advém do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto a ação antrópica tem efeitos continuados. Ainda, que sem o homem, isto é, antes da História, a natureza era una. Compreender isso deve levar à reflexão a respeito da força do impacto antrópico sobre o sistema ambiental, qualquer que este seja.

1.3 A construção do urbano como expressão do processo civilizatório

Desde os primórdios da vida humana na Terra o homem vive em comunidade. Das cavernas ele passou para os lugares abertos, mas construiu cidades como novo sistema de proteção. Enquanto eram poucos os homens, e os espaços eram grandes, a sua existência não se fazia sentir de forma agressiva que viesse a causar danos extensos, dado que a capacidade de restauração da natureza superava a capacidade humana de impactar seu meio. E o processo de urbanização acelerou com o advento da indústria, quando as urbes desenvolveram atrativas capazes de buscar do campo o homem, e quando o campo, pela mecanização, declinou de seus habitantes remetendo-os para a cidade ao tornar obsoleta sua mão-de-obra. Que o homem é um ser gregário é indiscutível, e que a quantidade de seres humanos no planeta cresceu surpreendentemente nos últimos séculos, também é um fato. Somando essas duas verdades, que o homem se agrega, e que o número de homens é grande, explica-se o tamanho das concentrações urbanas, e justifica-se a força de impacto que elas, através do alto grau de industrialização (necessário para atender a demanda das populações) têm sobre o sítio em que se situam, e sobre suas adjacências.

A urbanização, como a praticamos, é o processo que dá origem à necessidade de incluir na Agenda 21 um capítulo voltado à sustentabilidade das cidades. “Urbano” é civilizado, cortês, polido, afável, conforme rezam os dicionários; urbanizar é civilizar e tal. Mas urbano também é relativo à urbe, ou cidade. Do latim: urbe. Urbe, do latim, é cidade. Parece que tudo começa nesse vocábulo, e daí se derivam os outros significados. Mas as duas conotações se distanciam porque nossas cidades pouco parecem ter de afabilidade, cordialidade e civilidade. Não há disso na fala da socióloga Pfeil *apud* Silva (1978): “A estas cidades informes, com seus subúrbios intermináveis, formados sem qualquer planejamento, faltam condições para um vivo relacionamento comunitário, falta a ordenação em torno de um centro: daí a sensação de vazio e tédio (...)” Pelo contrário, para Silva (*ibid.*) há a “desistoricização das relações entre natureza e sociedade” quando a sustentabilidade, também do urbano, segue o modelo da estrutura conceitual cartesiana-newtoniana, e as culturas urbanas se dissolvem na busca da mega-urbe já que, como diz Silva (*ibid.*) “toda cidade quer ser grande”, e, complica Grün (1996), “o processo civilizatório (e a urbanização desorganizada é sua expressão mais contundente)², é um processo permanente de fuga, distanciamento e esquecimento da natureza; os seres humanos têm medo de voltar à barbárie, à sua condição original; a natureza, de certa forma, representa o horror, a barbárie, o primitivo, a superstição que o tipicamente moderno deseja eliminar a todo custo”. Enquanto bárbaro, o homem sobrevivia diretamente na natureza; a história da civilização humana está ligada à urbe, ao ato de urbanizar. E agora, enquanto civilizado, na urbe, não some a barbárie. E o que temos, no processo de urbanização é o caos (social, cultural, ambiental e da saúde, e.g.). Tomando o conceito de ambiente criado do urbanismo moderno, de Golblat (1996), é nesta ‘nova configuração’ que se faz sentir a crise urbana tida por Heimstra

² O aparte é nosso.

e MacFarling (1978) como “algumas características de ambientes urbanos que têm efeito negativo sobre a maioria dos habitantes das cidades”.

1.4 A interferência da vegetação na crise dos sítios urbanos: alterações climáticas

As cidades levam à crise mais que o seu entorno. Entre os elementos que compõe a crise urbana estão alguns diretamente relacionados à inexistência de vegetação na cidade, podendo-se pensar em temas que vão desde as águas urbanas até a saúde de crianças e velhos atingidos por partículas de poluentes alergênicos e, principalmente, nas alterações climáticas que são peculiares aos centros urbanos. Ayoade (1998) cita Critchfield dizendo que “a saúde humana, a energia e o conforto são mais afetados pelo clima do que por qualquer outro elemento do meio ambiente”. Sorre (apud Mendonça, 2000), esclarece que alta radiação/luminosidade produz esgotamento nervoso, perturbações mentais, irritação, a síndrome físico-psíquica “golpe de sol” (*sunstroke*) e euforia. E que a baixa radiação/luminosidade leva a deficiências orgânicas, raquitismo, depressão e debilidade mental. Também que o vento e a eletricidade atmosférica levam à morbidez, cansaço, abatimento, debilidade do tônus nervoso, depressão, hipersensibilidade, irritabilidade, desidratação, dessecação do aparelho tegumentar, excitação nervosa, alucinações, delírio, palpitações, dispnéia, dores de cabeça e nevralgia, ficando claro o quanto o ser humano precisa da vegetação urbana.

Conforme Corson (1993) um estudo feito pela *American Association for the Advancement of Science*, em 1988, já previa o aquecimento global, discussão central da COP15 em dezembro de 2009. Ora, quem produz a maior parte dos gases que geram o efeito estufa, responsável por toda a catástrofe são as cidades, os ecossistemas urbanos. Se as massas florestais atenuam de dia o CO₂ que produzem à noite, a arborização nas cidades pode atenuar o CO₂ que elas produzem. Administra-se, assim, um dos fatores causadores de crise tanto global quanto urbana.

Durante a maior parte do tempo da História, o homem adaptou-se às intempéries e às condições topográficas de seu mundo. Ayoade (1998) também diz que “o clima influencia o homem de diversas maneiras, e o homem influencia o clima através de suas várias atividades”. Pode-se dizer que o homem pensa que faz o que quer, mas, em verdade, ainda hoje ele faz o que os ventos lhe ordenam. O clima dita estilo de moradia, vestuário, manejo agrícola, escolha de vegetação, e tanto mais. Mas também é verdade, conforme Ayoade (ibid.), que “o homem, ainda que em escala local, já se adapta ao clima através da tecnologia e pode fazer outras opções que não aquelas impostas pela natureza”. E, através de processos inadequados, ele também cria condições para tornar insuportável o sítio onde decide organizar-se socialmente para resolver suas necessidades sociais quando altera as condições climáticas na cidade.

As atividades urbanas mostram, primeiramente no ar, na atmosfera, as suas conseqüências nocivas. Conforme Guerra e Cunha (2001), pesquisas dão conta de que valores de insolação, albedo, umidade relativa, nebulosidade e velocidade do vento são menores na cidade que no campo, e a temperatura e precipitação são maiores, e, a formação da ilha de calor vem a ser o fenômeno mais característico das cidades. Como causa dessa ilha de calor, as pesquisas³ apontam para a capacidade que as cidades têm de estocar calor solar durante o dia, emitir radiação noturna, e porque produzem calor, há redução do *sky view factor* e redução no fluxo do calor latente com aumento do calor sensível por falta de superfícies líquidas e há falta de áreas verdes, de vegetação, o que resulta em redução de umidade e menor evaporação. Essas modificações climáticas, “afetam seriamente a qualidade de vida do urbanita (...) e por conta daquelas, a cidade do final do século XX configura-se cada vez mais afastada da ordem e da beleza, identificando-se com o caos” (Monteiro apud Guerra e Cunha, 2001).

³ (Chandler, 1962; Bryson e Ross, 1972; Oke, 1978 e 1981; Henderson-Sellers e Robinson, 1989; Jauregui, 1991; Imamura- Bornstein e Bornstein, 1992; e Brandão, 1992),

Ao instalar o urbano, o homem pode modificar tão radicalmente a área que é difícil imaginar ou lembrar a natureza original do local, a menos que se tenha conhecido pessoalmente o lugar como era antes, ou pelo registro de fotos. Entre os elementos alterados está o agregado vegetal do lugar. A erradicação da vegetação nativa costuma ser tão extrema que, na maioria dos espaços urbanos, não se encontram quaisquer vestígios da vegetação original. Trocar a vegetação por asfalto, ferro e cimento, ou pelo vazio como é em muitos espaços urbanos, hoje se comprova uma escolha ruim, ainda que necessário construir. É, como diz Silva (1978), “que a cidade parece funcionar como um Midas ao inverso, destruindo as coisas em que toca”.

2 OBJETIVO

Este artigo resultou do desenvolvimento de pesquisa com a intenção de investigar 1) a relação entre os habitantes de uma cidade (Naviraí-MS) e a vegetação que está em seus espaços urbanos, e 2) sobre qual é a sua percepção sobre a mesma, e 3) se percebe a cidade como ente ecológico e a arborização como valor, e 4) levar à reflexão sobre a possibilidade de, através do despertar de uma consciência sobre o tema, reconstruir o ecológico e a poética no urbano.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa se deu através de procedimentos de levantamento de dados em campo, junto à população da cidade, e pela observação *in loco* dos lugares e das árvores e através de fotografias. Parte das entrevistas foi feita pessoalmente pela abordagem na rua e por visita às residências, e parte foi feita via telefone por escolha aleatória na lista local.

3.1 O questionário e os procedimentos para sua aplicação

O questionário foi composto por questões fechadas e questões abertas, objetivando o maior número de informações a fim de se ter um horizonte o mais amplo possível para trabalhar as conclusões. As perguntas versaram sobre as árvores da cidade, preferências pessoais, floradas, meio ambiente, cuidados, problemas percebidos, soluções sugeridas, e valor da vegetação na cidade.

Os entrevistados foram esclarecidos sobre a finalidade da entrevista e da pesquisa, foram orientados a responder livremente, usando, inclusive, a resposta “não sei”, ou deixando de responder o que não desejassem responder.

As pessoas foram visitadas em suas residências, ou no local de trabalho, sem aviso prévio, dando-se abertura para a recusa em participar e se entrevistou transeuntes na rua. Para as visitas nos lares, teve-se atenção ao vestuário: a opção foi jeans e tênis. Essa preocupação existiu em função da simplicidade das pessoas, para não induzir à rejeição da nossa presença ou à prestação de informações distorcidas.

Fez-se uma cópia do questionário e todos entrevistados foram plotados num único espelho coletor, já organizado no formulário. Essa estratégia permitiu fazer o trabalho de uma vez só deixando transparente e ágil a fonte de dados. Utilizou-se uma prancheta simples para apor o papel durante as entrevistas e permitiu-se que as pessoas vissem como estavam sendo marcadas as suas respostas.

As entrevistas por telefone, em novembro/2009, foram feitas com escolha aleatória de números na lista local. Parece importante mencionar que o grau de recusa no grupo entrevistado por telefone foi muito menor que no das entrevistas pessoais. Ao iniciar a ligação, a fala foi: “Sou pesquisadora da universidade e estamos fazendo uma pesquisa sobre meio ambiente e vegetação na cidade. Você gostaria de participar respondendo algumas perguntas?” A recusa, em grande maioria, ocorreu em números comerciais.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 A percepção do cidadão naviraiense sobre o valor da vegetação

Quando solicitadas a dar sua opinião sobre o valor das árvores, para quê elas servem, as pessoas ficaram livres para responder sobre a serventia que vêem na vegetação da cidade dando mais de uma resposta.

Tabela 1: O que dizem os cidadãos de Naviraí-MS sobre para quê serve (qual a utilidade) a vegetação na cidade, justificando-se seu cuidado e conservação.

Qual é a importância das árvores para a cidade?		2004/2005 94 cidadãos	2009 204 cidadãos
	Preservar o ambiente	15 %	18 %
	Beleza	14 %	14 %
	Águas	1 %	Zero
	Ar/Oxigênio	13 %	26 %
	Frutos/Alimentos	16 %	17 %
	Proteger de vendavais	1 %	4 %
	Sombra	37 %	18 %
	Evitar aquecimento global	zero	3 %
	Sem Resposta	3,0 %	zero
		110 convidados 16 recusas = 14%	218 convidados 14 recusas = 6%

Os cidadãos percebem o valor da vegetação na cidade e valorizam sua existência, mas sem consciência de que se trata de um elemento ambientalmente importante. Não imaginam sua cidade sem as árvores e pressentem que elas agregam valores positivos aos lugares, mas é uma percepção emocional e não consciente ou cognitiva.

Os trabalhos de 2009 ocorreram quando a Conferência Climática de Copenhagen 2009 (COP-15) estava às portas e a mídia referia constantemente o assunto do aquecimento global. Percebe-se no quadro de resultados para 2009 que o tema ar/oxigênio teve maior peso que na etapa anterior, tendo sido, também, mencionado o aquecimento global. Pode-se supor que a televisão tem grande influência no aprendizado cotidiano dos cidadãos, tendo sido referida como fonte de informação sobre meio ambiente por 72% dos entrevistados nessa segunda etapa. Não há conhecimento de que a vegetação interfere no ciclo da água.

4.2 A não-percepção quanto ao valor do urbano e da vegetação urbana como eventos ecológicos

Trigueiro, 2003 (apud TEIXEIRA, SANTOS E BALEST, 2009) define como sendo “percepção ambiental o perceber o ambiente em que se está localizado, aprendendo a proteger e cuidar dele da melhor forma possível”, ou seja, uma tomada de consciência do ambiente pelo homem. Não-percepção implica, então, em não-consciência, e, portanto, em descuido e desproteção.

Quando responderam à questão “o que é meio ambiente”, os cidadãos residentes nos bairros de classe operária têm respostas simples, imprecisas, (*Sei lá. É tudo. Lugar. Fatos que nos leva à vida. Contexto onde a gente vive. Tudo coisa de Deus. É o mundo com árvore para não virar deserto. O lugar. O mundo todo. As plantas e essas coisas da natureza. Acho que a cidade também entra aí. Tem essas coisas que ensinam na TV sobre a Floresta Amazônica*). E os do grupo de grau escolar maior, e, residentes em áreas mais nobres, apresentam frases mais complexas em seu conteúdo, (*Um conjunto de fatores... água, ar... A*

preservação da vida em si. Saúde de tudo. É o lugar. É a qualidade para as gerações futuras. Relação entre o mundo e as pessoas. Espaço onde sobrevivo. Natureza e uma série de coisas) dando a perceber que possuem uma noção de que o ambiente inclui mais que plantas e animais. Apenas poucos dos cidadãos consideram o ambiente urbano como assunto relevante, e pensam que cidade também é parte do ambiente.

E ninguém mencionou vegetação urbana como assunto ambiental mais importante, ainda que, a conversa da entrevista versava sobre esse tema. O não se referir à ausência de vegetação mostra que o tema, como elemento ambiental e ecológico, realmente não tem peso no imaginário das pessoas, nem mesmo como simples elemento componente da paisagem. E o urbano não é considerado elemento ambiental no sentido ecológico.

Isso pode ocorrer porque, geralmente, a mídia tem levado o cidadão a entender o ambiente como sinônimo de fauna e flora. Então, para o tema ecologia, o agro ecossistema e o urboecossistema são desconsiderados no imaginário popular. E a cidade, especificamente, a menos cotada quando se fala em ecologia, e nela está o cidadão urbano, deveria assumir vital importância com todos os aspectos ambientais que lhe são pertinentes porque eles interferem diretamente na vida das pessoas devendo assumir espaço no centro das atenções das ciências e da sociedade em geral incluído aí o cidadão comum.

Tabela 2: O que se considera mais importante, no imaginário dos munícipes naviraienses, como tema ecológico-ambiental

		2004/2005 94 cidadãos	2009 204 cidadãos
Que tema ambiental considera mais importante?	Florestas.	33%	21%
	Águas.	10%	11%
	Cidades.	4%	5%
	Ar. Poluição.	23%	32%
	Animais.	30%	31%
		110 convidados 16 recusas = 14%	218 convidados 14 recusas = 6%

5. CONCLUSÕES

5.1 Vegetação urbana e o urbano e a poética

Há que se convir que as cidades não são menos hostis do que as florestas já que a hostilidade reside nas adversidades à sobrevivência, e que o homem não foi lançado na cidade, mas ela é construção sua, no entanto, é verdade que reflorestar as cidades é buscar o hábitat primitivo, e subtrair dele inúmeras hostilidades urbanas, incluindo a poluição.

Então, num contexto de concepções mais amplas, o urbano deve se insurgir e surgir como lugar ecológico, contracenando com florestas, biodiversidade, sítios geográficos, águas, subsolo e atmosfera.

O urbano passará a ser visto como ecossistema e mais que isso, quando as florestas aparecem no imaginário das pessoas como solução também para a devastação atmosférica, a vegetação do urbano deve deixar de ser simplesmente decorativa para se transformar em proteção para o humano que se abriga

nesses ambientes que ele construiu como nicho e proteção contra aquele ambiente natural hostil onde dificilmente conseguiu viver sem sobressaltos

Conforme Mascaró (2002) “vegetação urbana é aquela que permite que o espaço construído se integre com o jardim e o parque”. A vegetação urbana devolve ao homem um pouco do natural e deverá ser vista como mais-valia, valor agregado à construção. Isso não deverá implicar necessariamente em valorização econômica de solo urbano, porque os bairros populares também deverão ser vegetados.

Na medida em que não podemos mais habitar florestas e precisamos construir cidades, poderemos trazer as florestas para dentro das cidades numa tentativa de retornar às origens do humano sobre a Terra. Com a evolução dos tempos e da humanidade, talvez, se reconstruam os ambientes de forma a fazer com que se pareçam mais como cidades dentro de matas e não matas dentro de cidades. A vegetação integrará homem, construção e natureza.

A cidade é um elemento que dá suporte material à expressão máxima do ser humano: a expressão poética – essa capaz de transformações; essa que faz do homem, homem, isso é, humano. Na medida em que as pessoas integram (são parte) e interagem no urbano, elas se constroem através da forma que vão dando ao mundo que as cerca. Enquanto anda pelas ruas, o cidadão absorve o que sente/pressente naquilo e naqueles que o cercam, na mesma medida em que é absorvido pelo sentir/pressentir de outrem. O urbano faz a imagem do homem e o urbano é a imagem do homem. Concorde-se com Bosi (apud TASSARA E RABINOVICH, 2001): “se a natureza remete a Deus, o urbano leva ao homem”, isso na medida em que é construção dele, do homem.

A plenitude do viver, no urbano, é sustentada pela poética na medida em que o homem se imprime ao meio e é impresso por ele: o “ser” e o “vir-a-ser”, e o ser transformado pelo meio e a capacidade de transformá-lo. A mutabilidade das cidades é escrita pelas gerações que se sucedem, pelas pessoas cujas vidas vão escrevendo o eco-urbano, transmutando-o, na mesma medida em que vão elas próprias adquirindo novas feições, influenciadas por ele.

Nessas transformações, enquanto o homem constrói a sua imagem, expressa sua poética, ele retorna para Deus na medida em que insere a natureza nesse meio. Compreende-se que ele não pode fugir de suas próprias origens na medida em que ele próprio é Natureza, também. E sua poética se expressa, assim, de uma forma transcendental, porque o religa e faz o retorno a essa origem. O verde que o homem acrescenta à sua construção – o urbano – é a resultante dessa parte da poesia humana nesse urbano. Quem sabe sua melhor poesia. Na mesma proporção em que as construções impressionam, excitam ou angustiam, o verde da vegetação acalma e reduz a significância do concreto, trazendo-o à forma que a alma humana é capaz de absorver sem se sentir oprimida. O despertar de uma consciência pró-vegetação é mais-valia na reconstrução do ecológico e da poética nos urboecossistemas, as cidades, nossos ambientes construídos. Se vista como fonte de preservação, beleza e proteção (tabela 1), pode-se pensar que vegetação reconstrói a expressão ecológica do urbano, ensina a rever conceitos e permite que cidades transcendam como ambientes integrados ao viver, no imaginário do cidadão. A flor terá rompido o asfalto. Pode ser que esse ponto de encontro natureza versus construção é de equilíbrio quando um procura e outro se deixa encontrar, assim como o encontro Deus versus homem o é.

5 REFERÊNCIAS

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARSON, W. H. **Manual global de ecologia**. São Paulo: Ed. Augustus, 1993.

CAVAGNARI, A. C. **Áreas verdes urbanas: uma revisão de conceitos**. Disponível in <http://www.universoverde.com.br/trabalhoscientificos.htm>>. Acesso em 20 ag. 2004.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. (Orgs.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HEIMSTRA, N. W. & McFARLING, L. H. **Psicologia ambiental**. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MASCARÓ, L. E. A. R. de; MASCARÓ, J. L. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: UFRGS/FINEP, 2002. 2002/1, p. 184-191.
- MENDONÇA, F. **Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in)sustentabilidade ambiental**. RRA'EGA. Curitiba. n.4, p. 61-84, Editora da UFPR, 2000.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS Jr., Orlando Alves dos. (Org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana – o futuro das cidades brasileiras em crise**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1994.
- SANTOS, M. **A Redescoberta da natureza**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1998.
- SILVA, C. E. L. da. **Ecologia e sociedade – uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Editora Loyola, 1978.
- TASSARA, E. **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC/FAPESP. 2001. p. 11-23.
- TEIXEIRA, F. T.; SANTOS, N. R. Z; BALEST, S. S, **Percepção ambiental dos moradores de três loteamentos particulares em Santa Maria (RS) quanto à arborização das vias públicas**, REVSBAU, Piracicaba – SP, v.4, n.1, p.58-78, 2009, disponível em http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_revisao/artigo43-versao_publicacao.pdf, acesso em 22 abr 2010